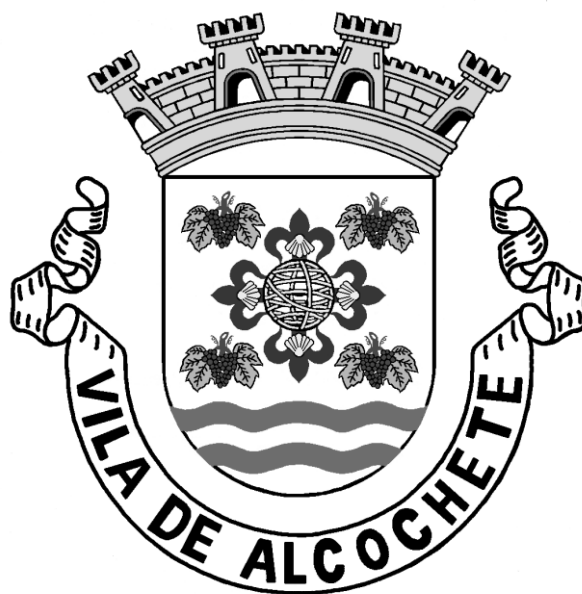




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 08

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 12 DE ABRIL DE 2023

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	14
C. ORDEM DO DIA.....	14
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	14
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	14
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	15
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	15
4.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022 E RELATÓRIO DE GESTÃO 2022	15
4.2. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR's) DE 2023	16
4.3. 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023	18
4.4. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DO PASSIL, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL	22
4.5. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA FURO DE CAPTAÇÃO CR1 NA FONTE DA SENHORA, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL.....	23
4.6. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA FURO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA CBR2 NO SAMOUÇO, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL.....	23
4.7. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA CENTRO SOCIAL DO PASSIL, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL.....	24
4.8. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EFEITOS DE EXPROPRIAÇÃO PARA O DOMÍNIO MUNICIPAL.....	25
4.9. ABERTURA DE CONCURSO POR INSCRIÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL	26
4.10. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A S.ENERGIA E O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIDA EDULUX 2, 3+ NO ÂMBITO DO PPEC 2020-2021 DA ERSE.....	28
5. APOIOS FINANCEIROS	30
6. INFORMAÇÕES	31
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	33
ENCERRAMENTO	34

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores, Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltou à presente reunião, por motivo considerado justificado o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia o senhor presidente partilhou as seguintes informações:

- “Círio dos Marítimos”

«Após um interregno de três anos devido à pandemia, a Festa do Círio dos Marítimos de Alcochete retomou a tradição e realizou-se de 8 a 11 de abril, contando com o apoio do município.

A devoção a Nossa Senhora da Atalaia, na ermida erigida no monte da Atalaia, situada no limite geográfico do concelho do Montijo com o de Alcochete, mantém viva uma tradição dos alcochetanos com mais de cinco séculos de história.

Alicerçada nas raízes marítimas deste povo que durante anos encontrou no Tejo o seu sustento, esta festa tem sido mantida pelos marítimos ou barqueiros e seus descendentes que, através da tradição oral, a mantiveram viva até aos nossos dias.

A Festa do Círio dos Marítimos, ou Festa da Páscoa como também é conhecida, mobiliza muita gente, quer na sua organização, quer no número de devotos, que durante o fim de semana da Páscoa participam ativamente nos rituais muito próprios que ela integra.

Reconhecendo o imenso trabalho de muitas mulheres e muitos homens ao longo destes últimos meses, particularmente destes últimos dias, para que estas festividades decorressem com normalidade e com o grau de sucesso que todos pretendemos.»

– Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância

«Desde o início do século XXI, o mês de abril é assinalado, em muitos países, como o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância.

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens assinala de forma ativa e empenhada este mês através de várias iniciativas, contando, naturalmente, com o habitual empenho de todas as CPCJ e das diversas autarquias.

A Câmara Municipal de Alcochete reconhece o valor do trabalho desenvolvido pela CPCJ de Alcochete e a pertinência do tema e, desta forma, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, associou-se à ação colocando o simbólico laço azul na fachada do edifício dos Paços do Concelho. Será ainda criada uma área específica sobre este tema na página *web* do município e serão produzidos cartazes e folhetos informativos para distribuir nas escolas do concelho.

No mês maior da Liberdade, importa refletir e atuar sobre este tema, porque só seremos verdadeiramente livres quando erradicarmos todo o tipo de violência.»

– Documentário e concerto “*The Ziguais*”

De forma a assinalar o Dia Mundial da Consciencialização do Autismo, que se celebrou no passado dia 2 de abril, a Câmara Municipal, em parceria com a Associação Portuguesa de

Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA) irá apresentar o primeiro documentário feito em Portugal sobre Autismo.

Esta ação terá lugar no Fórum Cultural de Alcochete, no próximo dia 22 de abril, pelas 15H00 e será aberta a toda a população. O programa inclui ainda a possibilidade de tirar dúvidas ou debater o documentário com técnicas da APPDA e para terminar seremos brindados com a atuação da banda *"The Ziguais"*.

Esta banda existe desde 2002 e tem vindo a integrar a formação da banda diversos jovens e adultos com autismo, que frequentam a APPDA. Cada atuação da banda é mais um passo no caminho para a inclusão das pessoas com autismo na sociedade, demonstrando as suas competências, capacidade de aprendizagem e voz ativa.

Importa lembrar que ao longo dos tempos, algumas pessoas com autismo têm vindo a ser reconhecidas pelas suas competências excecionais, enquanto as suas particularidades de funcionamento e interação social continuam a gerar insegurança junto dos outros. Existem também muitos mitos associados a este diagnóstico, pelo que acreditamos que assistir ao documentário *"The Ziguais"*, partilhando essa experiência com membros da sua comunidade e com um profissional especializado em Autismo será, sem dúvida, uma oportunidade única para aumentar o conhecimento sobre esta realidade, contribuindo assim para a inclusão plena destas pessoas nas diversas esferas da vida social.

Assim, deixo o convite para se juntarem a nós no próximo dia 22, pelas 15h00, no Fórum Cultural de Alcochete. Esperamos por si!»

– Comemorações do 25 de Abril

«No próximo dia 25 de abril comemora-se o 49.º aniversário da revolução que mudou para sempre o rumo de Portugal.

Foi a 25 de abril de 1974 que os destinos deste país à beira-mar plantado mudaram para sempre. Com a revolução deste dia, Portugal passou a ter um regime democrático. De

forma a assinalar esta tão importante data, várias serão as iniciativas a decorrer no nosso concelho, naturalmente abertas a toda a população.

Da programação oficial do município destaco:

- O concerto da Ana Bacalhau na noite do dia 24, pelas 21h30, no largo de São João.
- A cerimónia de hastear da bandeira, que, na manhã do dia maior da Liberdade, terá início no edifício dos Paços do Concelho pelas 09h00, e que se replicará nas Juntas de Freguesia de Alcochete, S. Francisco e Samouco.
- Pelas 16h30 deste mesmo dia, terá lugar, no Fórum Cultural de Alcochete, a Sessão Solene do 25 de Abril, promovida pela Assembleia Municipal e, logo após a cerimónia formal aberta a toda a população, pode ainda assistir, gratuitamente, à peça de teatro "26 de abril o dia seguinte", considerada o maior espetáculo de teatro sobre a história do 25 de Abril de 1974.

Durante esta encenação, irão passar figuras icónicas como Salgueiro Maia, Marcelo Caetano, Salazar, General Spínola, a senhora dos cravos, Otelo Saraiva de Carvalho entre muitos outros. Este é um espetáculo multimédia, com projeções de vídeo, música, sons e depoimentos reais, onde a ficção se mistura com a realidade.

Toda a história será contada com recurso às músicas que marcaram a Revolução e aos áudios originais, assim como o recurso as tecnologias de projeção de vídeo e interação dos atores com a mesma e jogos de luz que tornam este espetáculo não só um manual pedagógico, mas também um grande espetáculo de entretenimento.

O 25 de Abril é do Povo e para o Povo, contamos com a presença de todos.»

O senhor vereador Jorge Giro endereçou votos de liberdade a todos os que vivenciaram este episódio, nomeadamente às pessoas com mais idade que viveram a transição da

ditadura para a liberdade, lembrando a frase «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais.» Desejou um bom 25 de Abril para todos, comparando a liberdade a uma flor que tem de ser regada todos os dias, caso contrário tenderá a morrer como acontece com todas as flores.

Seguidamente questionou sobre os contentores do lixo que se encontram junto à rotunda que dá acesso à Barroca d'Alva, deduzindo que ainda não é possível a circulação de veículos pesados nessa estrada, perguntando sobre o estado da reparação dessa mesma via e se porventura a câmara municipal adotou a sugestão que incidia sobre a colocação de contentores mais pequenos de forma a evitar que os moradores tivessem de percorrer toda a estrada para despejar os sacos de lixo.

Interrogou sobre o estado das obras nas avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, se finalmente a via estará aberta à circulação.

Abordou a transmissão de um programa da SIC, “Linha Aberta”, onde uma munícipe de Alcochete sentiu a necessidade de alertar esse canal de televisão dando conta que existiu um despacho favorável da câmara municipal datado de 13 de abril de 2021, para que se suprimissem 4 degraus que dão acesso à sua habitação, localizada num prédio e respetiva construção de uma rampa de acesso para que a munícipe não dependesse de terceiros para entrar e sair de casa e poder usar uma cadeira de rodas elétrica.

Perguntou porque é que passados 2 anos, uma obra tão simples, ainda não foi realizada, não só no que diz respeito à construção da rampa, mas também no interior da habitação, obras necessárias para que a senhora possa usar a casa de banho.

O senhor vereador Pedro Lavrado, por solicitação do senhor presidente, esclareceu que a estrada da Barroca d'Alva foi submetida a duas peritagens por duas entidades diferentes, onde ambas concluíram que a origem do atual estado da estrada se deveu às limpezas exageradas da vala, cujas intervenções a afundaram excessivamente, o que retirou estabilidade ao talude da estrada e que ao longo do tempo, com a passagem de veículos pesados o piso foi cedendo. Avançou que esta via numa primeira fase será alvo de uma reparação o mais rápido possível estando a preparar-se os procedimentos. Elucidou que durante a estação do verão não haverá riscos com a passagem de veículos pesados em

virtude de o talude estar estabilizado, numa segunda fase o talude será objeto de uma intervenção de fundo e que será executado por uma entidade externa.

Em relação aos contentores do lixo, aludiu que a situação foi avaliada em conjunto com os donos da herdade, os quais não foram favoráveis à colocação de contentores pequenos junto às habitações, receando que isso fosse causar alguma confusão, tendo obtido a informação por parte dos proprietários que eles próprios transportam o lixo de algumas pessoas para os contentores que estão junto à rotunda. Explicou que a sugestão do senhor vereador Jorge Giro não foi implementada, porque os proprietários entenderam que não seria uma boa opção.

Sobre as obras nas avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, reforçou que a data de 28 de abril é para ser cumprida no grosso da obra e nessa data a via estará transitável, informando que no decorrer da próxima semana irá ser aplicada a pavimentação de desgaste. Está em execução a colocação do “paver”, cuja conclusão está prevista para a mesma data, contudo, existe uma condicionante para a finalização da obra, que não está dependente do empreiteiro ou da câmara municipal e que se prende com as instalações da E-Redes e dos operadores de telecomunicações que têm de passar toda a rede aérea para subterrânea, efetuar as ligações a todos os seus clientes e só após a realização destas intervenções é que poderá ser retirada a cablagem aérea e todos os postes que a suportam, rematando por fim as calçadas e a ciclovía.

Concluiu informando que a câmara municipal tem pressionado constantemente as operadoras e a E-Redes para que executem os respetivos trabalhos, prevendo-se que a 28 de abril, a via e os passeios estejam finalizados, embora com as condicionantes referidas.

O senhor presidente sobre o exposto no programa da SIC, “Linha Aberta”, referiu que independentemente desta reportagem e da capacidade extraordinária dos serviços da câmara municipal na resposta enviada num curto espaço de tempo ao pedido esclarecimentos deste órgão de comunicação social, sentindo-se orgulhoso enquanto presidente da Câmara Municipal de Alcochete, por ter uma equipa do Setor da Ação Social com a sensibilidade, empenho, profissionalismo e dedicação que este serviço aplica nas múltiplas situações problemáticas que chegam ao município.

Asseverou que ao olhar-se para o território de Alcochete encontra-se uma bela paisagem, boa gastronomia, segurança, contudo, não se pode esquecer que o concelho ainda possui no seu tecido urbano, pessoas com necessidades extremas, quer do ponto de vista da habitação, quer de outros muitos problemas que afetam a qualidade de vida que todos ambicionam.

Continuou afirmando que infelizmente se está a construir uma sociedade virada para dentro, egoísta, que discute por qualquer coisa e que fala sobre aquilo que não tem conhecimento, todavia, a liberdade conquistada à cerca de 50 anos permite estes atos, contudo, deve-se lembrar que a liberdade, mesmo a liberdade de expressão termina onde começa a do outro, referindo que no ano de 2015, o executivo que se encontrava em funções na câmara municipal, fez um esforço acrescido para resolver um problema que existe desde essa data, tendo realizado um trabalho extraordinário, e onde a munícipe não aceitou uma habitação com as condições necessárias para que se pudesse movimentar.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares acerca do programa que o senhor vereador Jorge Giro referiu, esclareceu que a autarquia respondeu num curto espaço de tempo às questões levantadas pelo programa. A câmara foi contactada pela SIC, já depois das 11h00, quando o programa iria ser transmitido em direto pelas 14h30, mas que este tema é um processo que está em cima da mesa e por isso é conhecido por todo o sector, partilhando a resposta enviada ao canal de televisão, onde constava que em março de 2014 a Câmara Municipal de Alcochete atribuiu uma habitação social, tipologia T1, através de concurso público a esta senhora, uma vez que a requerente tinha um grau de incapacidade superior a 60% por motivo de doença (esclerose múltipla), teve prioridade na atribuição de uma casa, entretanto a inquilina engravidou tendo sido proposta a mudança para uma habitação tipologia T2, num rés do chão, na rua da Liberdade em Alcochete. Esta mudança prendeu-se com o aumento do agregado familiar, tendo sido garantida a atribuição de uma casa ao nível do rés-do-chão dada a perda progressiva da mobilidade da munícipe. Mais tarde tendo em conta a crescente dificuldade motora da inquilina a autarquia propôs a mudança para um outro apartamento, também um rés-do-chão de tipologia T2, mas com todas as acessibilidades para uma pessoa com mobilidade reduzida, um apartamento adaptado devido à senhora que lá morava também estar dependente do

auxílio de uma cadeira de rodas. No entanto a inquilina rejeitou a proposta feita pelo município e enviou um documento em julho de 2019 a informar que não queria a casa adaptada, optando por ficar no apartamento T2 na rua da Liberdade onde já residia e onde existem degraus e uma instalação sanitária não adaptada, inclusive nessa casa de banho existia um bidé que a inquilina quis manter. A casa proposta pela autarquia além de ser um rés do chão sem barreiras possuía uma casa de banho adaptada e todas as garantias de uma melhor mobilidade, entretanto em 2019 a câmara informou a inquilina que não tinha capacidade para adaptar de imediato a casa onde residia. Por motivo de crises agudas que continuam a diminuir a sua mobilidade, a senhora já não conseguia ter autonomia sem o auxílio da cadeira de rodas tendo optado por permanecer na casa sem as acessibilidades e em julho de 2021 a senhora solicitou uma porta de acesso ao apartamento através das traseiras do edifício, diretamente da cozinha para o exterior, sendo que este pedido carecia de autorização de todo o condomínio o qual não se verificou.

Expôs que a inquilina informou que se queria manter na rua da Liberdade. Mais tarde fez um novo pedido para a realização de melhorias entre as quais constava a rampa de acesso ao prédio pela porta principal o que foi aceite pelo condomínio, bem como alterações no interior da casa. Na sequência deste processo a câmara iniciou as devidas diligências e criou as condições ideais de habitabilidade e segurança tendo para isso existido a necessidade de um projeto, obedecendo aos procedimentos legais.

Elucidou que na fração atribuída à família da inquilina está em curso um processo de adaptação no que respeita às acessibilidades, estando já adjudicada a empreitada e o contrato assinado para a construção da rampa, salientando que a inquilina tem conhecimento de todas estas informações. A construção da rampa está inserida no âmbito da candidatura 1195 - Acessibilidade 360º do PRR (Programa de Recuperação e Resiliência) e irá começar num prazo de 30 dias após a assinatura do contrato o que aconteceu no passado dia 31 de março e cujo prazo de execução é de 60 dias.

No que consiste ao interior da fração o projeto de arquitetura está a ser concluído através de adjudicação externa, bem como o caderno de encargos para o procedimento da empreitada que deverá ter dado entrada nos serviços da câmara municipal entre o dia de

ontem e hoje, adiantando que obra no interior da habitação incide sobre a dimensão das portas e reconfiguração das louças sanitárias para pessoas com mobilidade reduzida.

Reiterou que o executivo está totalmente solidário e atento ao estado de saúde da munícipe, estando a câmara municipal em contacto permanente com a senhora, recordando que nunca nada lhe foi negado com exceção de uma proposta por parte da inquilina que consistia mudar para outro apartamento mais recente, também rés do chão, o que foi recusado por já se ter feito a candidatura para a atual residência e a habitação pretendida não possuir as acessibilidades necessárias.

O senhor vereador Jorge Giro esclareceu que sobre a questão da Barroca d'Alva não entende como é que os proprietários recusam colocar contentores pequenos, podendo o lixo ficar no chão, mas certamente é isso que acontecerá até alguém o recolher para os contentores maiores que se encontram junto à rotunda, concluindo que se o espaço é privado para umas situações, o deverá ser para tudo.

Sobre a obra na estrada de acesso à herdade, espera que esse trabalho se realize o mais rápido possível e minimize a situação sobre a recolha de resíduos.

Acerca das obras na entrada nascente de Alcochete referiu que é certo que os postes não irão ficar no local onde se encontram, asseverando que em relação aos procedimentos da conclusão da obra são uma opção da câmara municipal, clarificando que a sua questão estava direccionada para a circulação viária e pedonal entendendo que a mesma estará disponível após o dia 28 de abril.

Em relação à situação da munícipe aludiu que conforme as explicações da senhora vereadora Maria de Fátima Soares onde explanou que em 2019 foi oferecida uma outra habitação, que foi recusada, pelos motivos elencados pela inquilina, que investiu dinheiro em melhorias na habitação, faltando alargar a porta da casa de banho, adaptar as louças sanitárias e fazer uma rampa de acesso, não compreendendo por mais procedimentos que tenham de existir como é que se demora 2 anos para se realizarem as obras.

O senhor presidente sublinhou que na política não vale tudo e muito menos quando estão em causa as pessoas e os seus problemas, particularmente a saúde das mesmas, lembrando as palavras do senhor vereador Jorge Giro quando referiu que a senhora fez um investimento na casa onde reside, contudo, deve ficar claro que não há muito tempo a munícipe quis abdicar desse investimento para trocar com uma casa que não tinha qualquer adaptabilidade para a mobilidade reduzida, reforçando o trabalho ímpar que o Sector da Ação Social desenvolve neste e em todos os assuntos de problemas sérios que ainda persistem no concelho de Alcochete.

Reiterou que o senhor vereador Jorge Giro aborda frequentemente os atrasos das obras, contudo e, embora os atrasos que se verificam não sejam do seu agrado, gera-lhe mais preocupação em fazer do que estar preocupado com os atrasos, que são comuns em todo o país afetando todas as câmaras municipais, de todos os quadrantes políticos, sendo um problema que está relacionado com questões burocráticas que atualmente existem no âmbito da contratação pública, causando-lhe algumas dúvidas se o processo de descentralização de competências não trará ainda mais burocracia para as autarquias.

Elucidou que a construção de uma rampa ou alargar as portas, que parece ser simples e que faz toda a diferença na vida das pessoas com problemas de mobilidade e em particular na vida da inquilina, obedece às regras da contratação pública, tal como reconhecido pela SIC, no programa de ontem, sendo que aquilo que menos se pretende é cometer irregularidades de forma a que a imagem do município seja prejudicada, todavia se os procedimentos não foram efetuados em 2 anos, que efetivamente a situação não tem 2 anos, em 2020 e em 2021 a câmara municipal teve uma prioridade em função dos recursos humanos que existiam e dos meios que estavam disponíveis para agir, sendo que a prioridade não foi esta munícipe, mas sim todos os municípios de Alcochete, do distrito de Setúbal e do país.

Concluiu informando que o processo está em curso, com o acompanhamento dos serviços, que semanalmente contactam com a inquilina informando-a do estado dos procedimentos.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que cada vez que apresenta uma questão o senhor presidente fica muito ofendido, embora não tenha de ficar, até porque quando

desempenhou funções enquanto vereador a tempo inteiro passou por situações semelhantes, tendo sido também alvo de algo idêntico por parte da SIC.

Finalizou mencionando que o senhor presidente afirmou que existiram outras prioridades, sendo da opinião que este caso era prioritário e que ninguém entende como é que este projeto demora 2 anos.

O senhor presidente aludiu que o senhor vereador Jorge Giro continua a persistir nos 2 anos, contudo, já foi transmitido que não são 2 anos. Explicou que no período da crise pandémica em 2020 e em 2021, a prioridade do executivo foi muito mais abrangente do que o caso da munícipe, lamentando profundamente que tenha este problema e que tudo está a ser feito para o resolver. Frisando que se estivesse todos estes anos sem apresentar soluções é que era motivo de preocupação, referindo que o executivo de qual o senhor vereador Jorge Giro fez parte apresentou soluções, de igual forma o atual executivo também as apresentou embora com a recusa da munícipe. A câmara municipal continuou na procura de uma solução, que foi encontrada e que atualmente se está a trabalhar no procedimento para resolver essa questão.

Concluiu afirmando que não está aborrecido com as questões colocadas pelo senhor vereador Jorge Giro, as quais agradece que sejam expostas porque tem assim a possibilidade de serem prestados os esclarecimentos que entendem ser os mais corretos.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares recordou que no ano de 2021 por altura de campanha para as eleições autárquicas e passagem pela zona de residência da senhora, a munícipe apresentou a proposta de substituir a janela por uma porta com acesso para as traseiras da habitação, clarificando que em setembro de 2021 esta proposta ainda nem tinha sido colocada ao condomínio.

O formulário da candidatura foi apresentado em 29 de julho de 2022, concorrendo a um financiamento estimado de €13.925,00 relativo a um investimento de €15.267,00, com realização prevista entre 16 de janeiro de 2023 e 30 de junho de 2023, prazos que são do conhecimento da inquilina.

O senhor vereador Jorge Giro questionou se não existissem candidaturas a câmara não investiria €15.000,00 num património que é seu.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares respondeu que as candidaturas existem e que a câmara municipal está a efetuar-las, adiantando que neste e em todos os outros fogos que são propriedade da autarquia está previsto no programa 1.º Direito – Estratégia Local de Habitação, a intervenção nos telhados, nas caixilharias, informando que o projeto para a habitação onde se encontra a munícipe foi feito em simultâneo com a candidatura.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €7.794.715,38 (sete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, setecentos e quinze euros e trinta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 28/03/2023 e 11/04/2023, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €734.346,88 (setecentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1122 ao n.º 1295.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 01 de março de 2023

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Pedro Lavrado por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Prestação de Contas de 2022 e Relatório de Gestão 2022

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras determinada pelas suas necessidades, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas; e para a tomada de decisões.

A estrutura concetual da informação financeira pública, prevista no SNC-AP, estabelece que a informação proporcionada pelo relato financeiro deve incidir genericamente, sobre:

- a) A posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa;
- b) O relato da informação financeira, orçamental e não financeira acerca da prestação de serviços efetuados;
- c) A Informação financeira e não financeira prospetiva;

- d) A informação relativa aos fatores mais importantes subjacentes ao desempenho do serviço das entidades públicas no período de relato e os pressupostos que suportam as expectativas sobre as suas atividades futuras, bem como os fatores que as influenciam.

Dando assim cumprimento ao estipulado no SNC-AP elaboraram-se os documentos de Prestação de Contas de 2022 e o Relatório de Gestão de 2022, que são acompanhados pelo *draft* da respetiva certificação legal de contas para conhecimento dos órgãos executivo que passará a definitivo após a sua aprovação em reunião de câmara e que será remetido à Assembleia Municipal para deliberação e conhecimento nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Assim, proponho:

1. A aprovação da Prestação de Contas de 2022, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. A Aprovação do Relatório de Gestão de 2022, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. O envio dos documentos “Prestação de Contas de 2022” e “Relatório de Gestão de 2022” à Assembleia Municipal para deliberação, conforme a alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU.

4.2. 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2023

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A segunda revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €346.788,00 e anulou rubricas no montante de €300.012,00, apresentando um saldo positivo no valor de €46.776,00.

A segunda revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €436.906,00 e anulou rubricas no montante de €390.130,00, registando um saldo positivo no montante de € 46.776,00.

A segunda revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €18.820,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes:

- O Plano Plurianual de Investimentos registou um saldo positivo no valor €1.599,00;
- As Atividades Mais Relevantes registaram um saldo negativo no valor €20.419,00.

Assim proponho:

1. A aprovação à segunda revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2023:
 - A segunda revisão ao Orçamento da Receita que reforçou rubricas no montante de €346.788,00 e anulações no montante de €300.012,00, perfazendo um saldo de €46.776,00;
 - A segunda revisão ao Orçamento da Despesa que reforçou rubricas no montante de €436.906,00 e anulou rubricas no montante de €390.130,00, registando um saldo positivo no montante de €46.776,00;
 - A segunda revisão às Grandes Opções do Plano regista um saldo negativo de €18.820,00, que se reflete no Plano Plurianual de Investimento com um

saldo positivo de €1.599,00 e nas Atividades Mais Relevantes, com um saldo negativo de €20.419,00.

2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU.

4.3. 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2023

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Alcochete neste ciclo de gestão, - tendo em consideração a responsabilidade pelo dimensionamento e pelos desafios que emergem do contexto envolvente da autarquia.

A estratégia de recursos humanos delineada pelo Município de Alcochete, implica assim uma verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e das competências necessárias para que a ação global da autarquia seja eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que valoriza as pessoas que nela trabalham, procurando criar, as possíveis oportunidades de motivação e desenvolvimento individual.

Desta forma a presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal - tendo em consideração o último Mapa de Pessoal, aprovado em reunião de câmara de 16/02/2023 e sessão da assembleia municipal de 28/02/2023 - reflete para além da avaliação do impacto das saídas que se têm registado, as necessidades identificadas pelos serviços, em áreas deficitárias.

No que respeita, às restantes movimentações/necessidades, identificadas nos últimos meses, correspondem às seguintes ocorrências:

- 1) Vacatura de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Recolha de Resíduos Urbanos da DAHUEV - Divisão de Ambiente, Higiene Urbana e Espaços Verdes, por aposentação do trabalhador;
- 2) Vacatura de três postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo determinado, no regime de contrato de trabalho a termo certo, da carreira de técnico superior, área Educação Física e Desporto, da DCDJ – Divisão de Cultura, Desporto e Juventude;
- 3) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira assistente operacional, área de educação da DEIS - Divisão de Educação e Intervenção Social, que saiu no regime de mobilidade na categoria, para outro organismo;
- 4) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira técnico superior, área de comunicação e imagem do GCI – Gabinete de Comunicação e Imagem, que saiu no regime de mobilidade na categoria, para outro organismo;
- 5) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de educação da DEIS, que saiu por procedimento concursal para outro organismo;
- 6) Vacatura definitiva de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área de geografia da DAT – Divisão de Administração do Território, por consolidação da mobilidade noutro organismo;
- 7) Criação dos seguintes postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:
 - 1 da Carreira de técnico superior

1 Engenharia do Ambiente, DAHUEV;
1 da Carreira de assistente técnico
1 Administrativo para o GASSP – Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública;
1 Biblioteca e Documentação para a DCDJ;
2 da Carreira de assistente operacional
1 Sonoplastia para a DCDJ;
1 Apoio à Produção (Cultura) da DCDJ;
1 da Carreira subsistente e/ou não revista
1 Técnico de informática, da DAGR– Divisão de Administração e Gestão de Recursos;

8) Ocupação de dois postos de trabalho, com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação, da DEIS para substituição de trabalhadoras ausentes;

9) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área engenharia civil, da DILT - Divisão de Infraestruturas, Logística e Transportes;

10) Ocupação de três postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área Educação Física e Desporto, da DCDJ;

11) Ocupação de dois postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Recolha de Resíduos Urbanos, da DAHUEV;

12) Ocupação de cinco postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Varredura, da DAHUEV;

- 13) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Varredura, da DAHUEV, por regresso de licença sem remuneração;
- 14) Ocupação de dois postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de águas e saneamento, da DILT;
- 15) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de apoio a eventos, da DILT;
- 16) Ocupação, no regime de mobilidade intercarreiras, de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área de Engenharia Eletrotécnica da DOME – Divisão de Obras e Manutenção de Equipamentos, por um assistente técnico da área de técnico de eletrotécnica da mesma unidade orgânica;
- 17) Reafecção de 3 postos de trabalho ocupados, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:

1 técnico superior do Setor de Cultura da DCDJ, para o GIDET – Gabinete de Inovação, Desenvolvimento Económico e Turismo;

1 assistente técnico da DAGR – Divisão de Administração e Gestão de Recursos, para o Setor de Apoio Administrativo da DILT;

1 assistente técnico da DEIS, da área de animação cultural, para o Setor de Apoio Administrativo da DILT;

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar no sentido de:

- a) Aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, conforme documentos anexos, nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 5, do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014,

de 20 de junho, conjugado com o n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;

b) Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, bem como, anexar os Documentos, como **Doc. 1.**

4.4. Desafetação de parcela de terreno do Domínio Público, para construção do Complexo Desportivo do Passil, para integrar o Domínio Privado Municipal

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«De forma a dar continuidade ao processo de construção do novo Complexo Desportivo do Passil, é necessária a desafetação de uma parcela de terreno com 11.000,00 m², sita na rua do Monte do Passil, na freguesia de Alcochete e integrada no Domínio Público para o Domínio Privado Municipal.

Assim proponho:

1. A desafetação de parcela de terreno do Domínio Público para integrar o Domínio Privado Municipal, com a área de 11.000,00 m², que confronta a norte com Caminho Publico e este com o Lote 62 do Loteamento do Passil, a sul com rua do Grupo Desportivo do Passil e a Oeste com rua do Monte do Passil, na freguesia de Alcochete.
2. A presente proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, para deliberação».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5. Desafetação de parcela de terreno do Domínio Público, para furo de captação CR1 na Fonte da Senhora, para integrar o Domínio Privado Municipal

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Pela escritura de 07-06-2019, foi adquirida uma parcela de terreno com a área de 519,03 m², sita na rua das Hortas, na Fonte a Senhora, freguesia de Alcochete. Desta área deve ser desafetada para o Domínio Privado Municipal uma parcela com 442,43 m², sendo que na mesma se encontra o furo de captação de água CR1 e estação elevatória, ficando a restante área (76,60 m²) no Domínio Público para arruamentos.

Assim proponho:

1. A desafetação de parcela de terreno do Domínio Público para integrar o Domínio Privado Municipal, com a área de 442,43m², sita na rua das Hortas, na Fonte da Senhora, freguesia de Alcochete, que confronta a norte rua das Hortas, a sul e nascente com Diogo da Silva de Mendonça e a poente com Estrada do Foro do Pinhal do Concelho.
2. A presente proposta deve ser remetida à assembleia Municipal, para deliberação».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.6. Desafetação de parcela de terreno do Domínio Público, para furo de captação de água CBR2 no Samouco, para integrar o Domínio Privado Municipal

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No seguimento da emissão do Alvará de Loteamento E-4/99, foi cedida ao Município uma parcela de terreno com a área de 7.881,93 m², na rua Ruy de Sousa Vinagre, na freguesia

de Samouco. Desta área, deve ser desafetada para o Domínio Privado Municipal, uma parcela com a área de 5.094,00 m² para equipamentos, nomeadamente o furo de abastecimento de água CBR2 e estação elevatória.

Assim proponho:

1. A desafetação de parcela de terreno do Domínio Público para integrar o Domínio Privado Municipal, com a área de 5.094,00 m², sita na rua Ruy de Sousa Vinagre, na freguesia de Samouco, que confronta a norte com Catarina Sofia Santos Poejo, a sul com rua Ruy de Sousa Vinagre, a nascente com Domínio Público e poente com Caminho Público.
2. A presente proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, para deliberação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.7. Desafetação de parcela de terreno do Domínio Público, para Centro Social do Passil, para integrar o Domínio Privado Municipal

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«De forma a regularizar os registos do edifício do Centro Social do Passil, torna-se necessário a desafetação de uma parcela de terreno com 718,00 m², sita no Passil, na freguesia de Alcochete, agora integrada no Domínio Público e a desafetar para o Domínio Privado Municipal.

Assim proponho:

1. A desafetação de parcela de terreno do Domínio Público para integrar o Domínio Privado Municipal, com a área de 718,00 m², sita no Passil, que confronta a norte, sul, nascente e poente com Domínio Público.

2. A presente proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, para deliberação».

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.8. Declaração de Utilidade Pública para efeitos de Expropriação para o Domínio Municipal

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. A sociedade “Júlia Maria M.S. – Exploração Piscícola, S.A.”, pessoa coletiva n.º 507032748, com sede na rua da Morgadinha de Baixo, n.º 18, Quinta da Morgadinha, Charneca de Caparica, freguesia: Charneca de Caparica e Sobreda, concelho de Almada, é dona e legítima possuidora do prédio urbano, sito na Quinta da Praia, composto de parcela de terreno que se destina a caminho de serventia, com área total de 5.700 m², que confronta de norte com o mar, de sul com Joaquim Capelo, de nascente com Esteiro da Marinha do Conde Unhão e poente com Estrada para o cais, inscrito na matriz predial urbana da freguesia do Samouco sob o artigo 573, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcochete sob o n.º 442 da referida freguesia, conforme planta que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta;
2. O mesmo encontra-se localizado em área classificada como Reserva Ecológica Nacional, na margem do estuário a cota inferior a 5,00 m, sendo, pois, de natureza inundável e sem possibilidade de edificabilidade;
3. Desde tempos imemoriais, mas seguramente há mais de 80 anos, que o acesso ao Cais Palafítico do Samouco se faz através do referido prédio;

4. Acesso, esse, que sempre se mostrou permanente e pacífico, ocorrendo de boa-fé, concedendo-lhe um carácter de utilização pública, aberta e disponível a todos, porquanto nunca de encontrou vedado, impedido o acesso ou foi apresentada qualquer resistência ao uso do mesmo;
5. Por se considerar de interesse público, foram encetados contactos e negociações com os referidos proprietários, o que se encontra devidamente documentado no Proc.º Administrativo n.º 253/99 da DAGR, que, não obstante, resultaram frustrados;
6. Não se conhecem outros interessados que concorram com o município no uso do prédio;

Termos em que, face ao exposto, propõe-se que o órgão colegial executivo do município delibere favoravelmente considerar a declaração de utilidade pública para expropriação do referido prédio e autorizar a apresentação à apreciação da Assembleia Municipal a mesma e a consequente proposta de aquisição do referido imóvel por expropriação para domínio municipal, a correr termos conforme disposto na Lei n.º 168/99 de 18/09, na sua redação atual (Lei n.º 56/2008 de 04/09), para manutenção do fim de acesso ao Cais Palafítico do Samouco, sendo o valor previsível de encargos a suportar pela mesma de Euros: 105.000,00 (cento e cinco mil euros), conforme avaliação previamente elaborada a pedido das partes e devidamente documentada no referido processo».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Planta, como **Doc. 2**.

4.9. Abertura de Concurso por Inscrição para Atribuição de Habitação Social

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A Constituição da República Portuguesa consagra no Artigo 65.º o direito à habitação. A Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto, tem por objeto estabelecer o regime do arrendamento apoiado para habitação e regular as atribuições de habitações neste regime.

Os principais motivos de procura de habitação social, prendem-se com a precariedade de emprego e consequente incapacidade para aceder a habitação no mercado de arrendamento livre, bem como, o facto dos agregados familiares residirem em habitações sem condições de habitabilidade.

Por outro lado, a escassez de habitações para arrendamento e os valores elevados das rendas dificultam o acesso a este mercado, em especial, das famílias em grave carência económica e/ou situação de maior vulnerabilidade social (idosos, portadores de deficiência, agregados com menores em risco e famílias monoparentais).

Existindo, no momento, 1 fogo na freguesia de Alcochete de tipologia T2, em condições de atribuição, na rua Capitão Salgueiro Maia, n.º 3, rés do chão esquerdo.

Propõe-se:

- A abertura do procedimento de atribuição de habitação por inscrição, de acordo com o Artigo 10.º, da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, estabelece: “O concurso por inscrição tem por objeto a oferta das habitações que são identificadas, em cada momento, pela entidade locadora para atribuição em regime de arrendamento apoiado aos candidatos que, de entre os que se encontram, à altura, inscritos em listagem própria, estejam melhor classificados, em função dos critérios de hierarquização e de ponderação estabelecidos para o efeito pela mesma entidade”;
- Aprovar a Matriz de Classificação e respetivos Critérios de Hierarquização e de Ponderação da Matriz, conforme anexo 1;

- A abertura do procedimento de Concurso por Inscrição pelo prazo de 10 dias uteis, a contar da data de publicação do Aviso de Abertura do Concurso por Inscrição, através de Edital, com a seguinte informação:
 - a) Prazo para receção de novas inscrições a Concurso;
 - b) Informação sobre a listagem de inscrições existentes;
 - c) Identificação e característica do Fogo a Concurso;
 - d) Regime de Arrendamento;
 - e) Requisitos de acesso ao concurso, critérios de hierarquização e ponderação das inscrições;
 - f) Indicação do local de receção das inscrições, obtenção de esclarecimentos e formulários do Concurso;
 - g) Local e forma de divulgação da Lista Definitiva de classificação das inscrições a concurso».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Matriz de Classificação e Critérios de Hierarquização e de Ponderação da Matriz, como **Doc. 3**.

4.10. Protocolo de Cooperação entre a S.ENERGIA e o Município de Alcochete para implementação da Medida EduLUX 2, 3+ no âmbito do PPEC 2020-2021 da ERSE

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

No âmbito do Plano de Promoção da Eficiência Energética no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) 7.^a edição, promovido pela ERSE, a S.ENERGIA viu ser aprovada a medida “EduLUX 2, 3 + - Eficiência Energética na Iluminação Interior de Escolas”, que visa a substituição da iluminação interior de escolas de 2.º e 3.º ciclo e secundárias,

promovendo o aumento da eficiência com a troca para tecnologia LED das lâmpadas fluorescentes ainda largamente maioritárias nas nossas escolas. A implementação global desta medida prevê a troca de 47.190 lâmpadas tubulares gerando uma economia de energia na ordem dos 3,6 GWh/ano uma economia de cerca de €383.000/ano

Fazem parte deste projeto enquanto parceiros da S.ENERGIA, as seguintes agências de energia e instituições:

AGENEAL – Agência Municipal de Energia do Almada;

ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida;

IPS – Instituto politécnico de Setúbal.

No caso específico do Município de Alcochete, prevê-se a intervenção na Escola E.B. 2, 3 El Rei D. Manuel I e Escola Secundária de Alcochete, com a substituição de 2373 lâmpadas fluorescentes tubulares T8 por lâmpadas LED, com um investimento total de €20.300,00 cofinanciado a 70%, o que representa um investimento do Município no máximo de €6.500,00, valor ao qual acresce o Iva à taxa legal em vigor. Este investimento permite uma poupança anual, ao município, na ordem dos €12.008,22, sendo o período de retorno do investimento do Município pouco mais de 6 meses.

O modelo de relação jurídica a estabelecer entre o município e a S.ENERGIA com vista à aquisição de bens ou serviços deverá sujeitar-se a uma aquisição direta (sem procedimento), nos termos do artigo 5.º/1 do CCP, considerando que as prestações objeto do contrato não estão submetidas à concorrência, em razão do contexto da formação do contrato – no pressuposto de que, tratando-se de um contrato celebrado no âmbito de um projeto financiado, não é concebível que outro qualquer operador tivesse interesse em prestar o mesmo tipo de bens e serviços, recebendo, em contrapartida, apenas 30% do preço.

Propõe-se que:

Seja celebrado o Protocolo de Cooperação, que se rege pelas cláusulas expressas em documento anexo com a S.ENERGIA – Agência Regional de Energia para os Concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 4**.

5. Apoios financeiros

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

- **Apoio Financeiro para o Agrupamento de Escolas de Alcochete no âmbito da realização da Feira Quinhentista**

«O Agrupamento de Escolas de Alcochete (AEA), entidade parceira da Câmara Municipal de Alcochete, desenvolve um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos, que têm repercussão num grande número de pessoas (alunos, pessoal docente e não docente e comunidade em geral). Numa perspetiva de colaboração trabalhamos por uma escola que prepare cidadãos qualificados, intervenientes, críticos, com participação ativa, não só no mundo do trabalho, mas na sociedade em geral. Assim, consideramos importante o desenvolvimento de atividades pedagógicas complementares que auxiliem no desenvolvimento de competências nas várias áreas.

Com a realização da Feira Quinhentista, pretende-se divulgar a época de quinhentos através da dinamização de um evento de recriação histórica com atividades mercantis e de animação.

A preparação e a vivência desta atividade, possibilita aos alunos do AEA, fortalecerem os conhecimentos históricos da sua identidade local e partilharem, os mesmos, com toda a comunidade educativa e geral.

A Feira Quinhentista promove, também, as potencialidades turísticas da região, fazendo com que Alcochete seja parte integrante da agenda das feiras deste cariz que se realizam um pouco por todo o território nacional.

No âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município tem responsabilidades específicas na área da educação, designadamente no que respeita ao apoio de atividades de natureza educativa, conforme alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da legislação em referência.

Assim, propõe-se a aprovação de atribuição de um apoio financeiro no valor de €3.000,00 (três mil euros) ao Agrupamento de Escolas de Alcochete, para a realização da Feira Quinhentista, no presente ano letivo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade

6. Informações

Pela senhora Vereadora Maria de Fátima Soares foram apresentadas as seguintes informações:

- Início de inscrições para o ano letivo 2023/2024

«Informamos que as inscrições para o serviço de refeições escolares, AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família e CAF – Componente de Apoio à Família e candidaturas para atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2023/2024 iniciam no dia 2 de maio.

Relativamente ao serviço AAAF/CAF informamos que de acordo com o Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, o valor da comparticipação familiar referente à prestação do serviço AAAF e CAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar e .1º

ciclo do ensino básico, é determinado de acordo com o RMMG – Rendimento Mínimo Mensal Garantido em vigor.

O Município de Alcochete tem assumido a Educação como uma prioridade de intervenção municipal, nomeadamente ao nível da promoção de um ensino público de qualidade e desenvolvimento de políticas de apoio à família. Como tal, este Município considera que a despesa com a educação não deve ser mais uma sobrecarga para as famílias, pelo que informamos que o valor das comparticipações familiares referentes ao serviço AAAF/CAF, para o ano letivo 2023/2024, não irá sofrer alterações.»

A Câmara tomou conhecimento.

- Comemorações do Dia Internacional da Mulher – Passeio Pedestre Urbano “Dia da Mulher”

«No âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Câmara Municipal de Alcochete organizou no passado dia 11 de março, um evento desportivo com duas aulas temáticas (“Flamenco Fit” e “Pilates”) e o habitual passeio pedestre na Vila de Alcochete.

Com uma excelente tarde de Sol e com o rio Tejo a servir de cenário, o programa ganhou cor e energia com a presença de mais de 200 participantes.

O Município de Alcochete, por intermédio do seu Setor de Desporto, continua desta forma a fomentar a prática de exercício físico ao ar livre, comemorando e assinalando datas de reconhecido interesse humanitário.

O passeio foi aberto a toda a comunidade de forma gratuita e contou com a oferta de flores a todos os participantes.»

A Câmara tomou conhecimento.

- Convívios Desportivos de Pré-Escolar e 1.º Ciclo, 2022/2023

«No âmbito do projeto “Convívios Desportivos” planeado para o desenvolvimento desportivo das crianças do concelho de Alcochete, a Câmara Municipal organizou, no passado dia 18 de março, o “Convívio Desportivo de Atletismo, Raquetes e Jogos Pré-desportivos”.

Toda a atividade foi desenvolvida no parque desportivo do Valbom e no Pavilhão Municipal de Alcochete através da criação de seis espaços desportivos ajustados à faixa etária dos participantes.

É com enorme satisfação que verificamos o retorno do trabalho desenvolvido com o projeto “1.º Salto” nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do concelho de Alcochete, refletindo-se na confiança criada com os nossos profissionais de Educação Física e na participação em todos os eventos de promoção da atividade física e desportiva promovidos pela autarquia.

Os 115 participantes com idades dos 4 aos 11 anos e a bancada do pavilhão cheia de Encarregados de Educação a assistir à atividade, mostram claramente que estamos no caminho certo!

Todo o enquadramento técnico foi garantido pelos técnicos de Desporto do Setor de Desporto e por 30 alunos do Curso Profissional de Apoio à Gestão Desportiva do Agrupamento de Escolas de Alcochete.

O Município de Alcochete providenciou lanche a todos os participantes.»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:58 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, técnico superior, subscrevo e assino.